



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ – PR**

### **COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

#### **PARECER SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 026/2025 – EXECUTIVO**

**RELATOR:** Thiago Henrique Carlos da Silva

**PRESIDENTE:** Joaquim Henrique da Cunha Silvério

**MEMBRO:** Astalair Tiba Monteiro

A Comissão de Justiça e Redação, no uso de suas atribuições legais, constitucionais e regimentais, reuniu-se para análise do Projeto de Lei nº 026/2025, de autoria do Chefe do Poder Executivo Municipal, que “Autoriza o Executivo Municipal a conceder incentivo financeiro a atleta ou equipe quando representarem o Município de São João do Ivaí e dá outras providências.”

O presente parecer tem por finalidade avaliar a legalidade, constitucionalidade, juridicidade, conformidade orçamentária e a técnica legislativa do projeto, conforme disposto no Regimento Interno desta Casa Legislativa, na Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos legais aplicáveis à atividade legislativa.

#### **I – DO OBJETO**

O projeto em apreço trata da concessão de incentivo financeiro por parte da Administração Pública Municipal a atletas ou equipes que representem o Município de São João do Ivaí em competições esportivas nas esferas regional, estadual ou nacional, abrangendo modalidades amadoras e profissionais, coletivas ou individuais.

O incentivo poderá abranger despesas com inscrições em eventos, taxas de filiação, transporte, alimentação e estadia, por meio de adiantamento ou reembolso, dentro dos limites previamente definidos pela norma (até R\$ 700,00 para eventos no Estado do Paraná).



A concessão do benefício fica condicionada a critérios objetivos, como a comprovação de residência no município, cadastro junto ao Departamento Municipal de Esportes, inexistência de débitos públicos e prestação de contas no prazo legal.

A matéria é acompanhada de plano de impacto orçamentário-financeiro, demonstrando sua compatibilidade com o orçamento vigente e o equilíbrio fiscal, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000).

## **II – DA CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE**

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 217, reconhece o esporte como um direito social, dever do Estado e meio de inclusão, integração e desenvolvimento humano. Tal dispositivo impõe ao poder público a responsabilidade de fomentar práticas desportivas, inclusive mediante apoio financeiro e estrutural.

Ainda, o artigo 6º da Constituição elenca o esporte como um direito social, evidenciando seu papel fundamental na promoção da cidadania, da saúde e do bem-estar.

O artigo 30, incisos I e II (CF), confere aos municípios competência para legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual no que couber, legitimando a atuação legislativa da Câmara de Vereadores sobre a matéria.

A proposta também encontra amparo na Lei Federal nº 4.320/1964, que estabelece normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados e dos Municípios, especialmente no que se refere ao uso de recursos públicos por meio de transferências correntes.

A exigência de prestação de contas, o controle da aplicação dos recursos e a responsabilidade civil, administrativa e penal dos beneficiários refletem o zelo pelo cumprimento dos princípios constitucionais da administração pública, notadamente os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, nos termos do artigo 37 da CF/88.



### **III – DA JURIDICIDADE E TÉCNICA LEGISLATIVA**

O projeto está estruturado em conformidade com a Lei Complementar nº 95/1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis. Apresenta linguagem técnica acessível, normas gerais e específicas organizadas em capítulos e parágrafos adequados, além de observar as regras de clareza, precisão e lógica jurídica.

Destaca-se a presença de critérios objetivos para a concessão do benefício, requisitos para o requerimento, mecanismo de prestação de contas e sanções por eventual descumprimento, o que fortalece a segurança jurídica da proposta e previne abusos no uso dos recursos públicos.

A previsão de não formação de vínculo empregatício entre o beneficiário e a administração pública municipal também atende às disposições da legislação trabalhista, evitando qualquer interpretação equivocada quanto à natureza jurídica do auxílio.

### **IV – DA CONFORMIDADE ORÇAMENTÁRIA**

A proposição está acompanhada de plano de impacto orçamentário-financeiro, conforme determina o artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o qual prevê, para projetos que importem em aumento de despesa, a demonstração do impacto financeiro no exercício corrente e nos dois subsequentes, bem como sua compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

O envio desse documento cumpre os requisitos legais e reforça a viabilidade da execução da política pública sem comprometer o equilíbrio fiscal do município.

### **V – DO MÉRITO INDIRETO**



Embora esta comissão não analise o mérito administrativo da proposição, é inegável o seu alcance social. A valorização do esporte e dos atletas locais estimula a prática esportiva como instrumento de transformação social, combate ao sedentarismo, prevenção de doenças, formação de valores éticos e promoção da integração comunitária.

O projeto também atua como mecanismo de incentivo à juventude, promovendo oportunidades de desenvolvimento pessoal e coletivo, além de contribuir para a construção de identidade e orgulho municipal, ao viabilizar a participação dos atletas locais em eventos representativos.

#### **VI – CONCLUSÃO DO RELATOR**

Diante de todo o exposto, entendo que o Projeto de Lei nº 026/2025:

- É constitucional, legal e juridicamente adequado;
- Observa os princípios da administração pública e da responsabilidade fiscal;
- Está redigido conforme as normas da boa técnica legislativa;
- Apresenta plano de impacto orçamentário-financeiro, em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal;
- Revela mérito social relevante e ampla finalidade pública;
- Está, portanto, apto a tramitar regularmente nesta Casa Legislativa.

Dessa forma, manifesto-me FAVORAVELMENTE à tramitação e aprovação do Projeto de Lei nº 026/2025.

São João do Ivaí, 23 de maio de 2025.

  
**Thiago Henrique Carlos da Silva**  
Relator




## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ – PR**


### **COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

#### **CONCLUSÃO DA COMISSÃO**

Após apresentação do voto pelo relator, a Comissão de Justiça e Redação deliberou e, por unanimidade, decidiu acompanhar o voto do relator, emitindo parecer favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 026/2025, recomendando sua apreciação e aprovação pelo Plenário da Câmara Municipal de São João do Ivaí.

São João do Ivaí, 26 de maio de 2025.

  
**Joaquim Henrique da Cunha Silvério**  
*Presidente da Comissão*

  
**Thiago Henrique Carlos da Silva**  
*Relator*

  
**Astalair Tiba Monteiro**  
*Membro*



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ – ESTADO DO PARANÁ**

### **COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

#### **PARECER SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 26/2025 – EXECUTIVO**

**PRESIDENTE:** Thiago Henrique Carlos da Silva

**RELATORA:** Sidineia de Oliveira Knupp

**MEMBRO:** Edgar Santos de Carvalho

A Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de São João do Ivaí, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, procedeu à análise do Projeto de Lei nº 26/2025, de iniciativa do Poder Executivo Municipal, que autoriza a concessão de incentivo financeiro a atletas ou equipes que representem o Município em competições esportivas.

#### **1. OBJETO DO PROJETO**

O referido projeto visa instituir, no âmbito da Administração Pública Municipal, um mecanismo de apoio financeiro a atletas ou equipes desportivas locais, com o intuito de fomentar a participação em eventos esportivos regionais, estaduais e nacionais, valorizando o esporte amador e profissional, coletivo ou individual, em todas as suas categorias.

Conforme o texto legal, os incentivos poderão ser concedidos para cobertura de despesas como inscrições, transporte, alimentação e estadia, dentro dos limites estabelecidos:

- Até R\$ 700,00 (setecentos reais) para eventos realizados dentro do Estado do Paraná.

#### **2. ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

Com base na Estimativa de Impacto Orçamentário-Financeiro anexada ao projeto (documento assinado pelo contador responsável, CRC 065560/PR), a Comissão verifica que:





- Há dotação orçamentária própria no âmbito do Departamento Municipal de Esportes, especificamente sob o elemento de despesa 3.3.90.93.00.00 – Indenizações e Restituições, conforme o orçamento vigente;
- A concessão do benefício está condicionada à disponibilidade financeira do Departamento, conforme previsto no art. 4º do projeto;
- Não há comprometimento da capacidade financeira do Município, tampouco afeta negativamente o equilíbrio orçamentário;
- Trata-se de despesa discricionária e condicionada a critérios técnicos e administrativos, o que reforça sua compatibilidade com a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Adicionalmente, a previsão de prestação de contas por parte dos beneficiários e a exigência de residência no município por período mínimo de um ano garantem maior controle e segurança na aplicação dos recursos públicos.

### **3. CONCLUSÃO DA RELATORA**

Considerando que o projeto está acompanhado de plano de impacto financeiro, devidamente compatível com a Lei Orçamentária Anual, a LDO e o PPA, e que não implica em aumento de despesa obrigatória nem compromete o equilíbrio fiscal, manifesto voto favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 26/2025, com fundamento na sua regularidade orçamentária, financeira e legal.

Submeto o presente parecer à deliberação dos demais membros da Comissão.

São João do Ivaí, 23 de maio de 2025.

  
**Sidineia de Oliveira Knupp**  
Relatora



### **CONCLUSÃO DA COMISSÃO**

Reunida nesta data, a Comissão de Finanças e Orçamento deliberou, por unanimidade, acompanhar o voto da relatora, emitindo parecer favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 26/2025, considerando sua adequação financeira e orçamentária, e recomendando sua tramitação no Plenário desta Casa Legislativa.

São João do Ivaí/26 de maio de 2025.

  
**Thiago Henrique Carlos da Silva**

*Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento*

  
**Sidineia de Oliveira Knupp**

*Relatora*

  
**Edgar Santos de Carvalho**

*Membro*